



**PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU
LISBOA, 7-8 DE DEZEMBRO DE 2018**

JUSTA

LIVRE

SUSTENTÁVEL

**A Europa progressista
que queremos**

RESOLUÇÃO

NO MORE
AUSTERITY

AGAINST AUSTERITY.

THE PEOPLE'S ASSEMBLY



SOCIEDADES IGUALITÁRIAS:

Europa Social

Nas últimas décadas assistimos ao aumento das desigualdades sociais e das disparidades na distribuição de rendimento. Esta tendência tem que parar! A repartição da riqueza é desigual. Neste contexto, o Partido Socialista Europeu luta pelo progresso social e por uma vida melhor para todos. Nos últimos meses, a família socialista tomou importantes iniciativas: adoptou o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, contribuiu para o avanço da nova directiva de destacamento de trabalhadores, procurou definir o conceito europeu de desigualdade. Iniciativas que devem ser aprofundadas para prosseguirem. Em 2019 vamos pedir aos cidadãos europeus um mandato claro que nos permita seguir em frente e criar uma Europa social. Queremos levar à prática os vinte princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Queremos que a União Europeia seja número um na implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Para estancar o aumento das diferenças entre Estados-Membros, entre regiões, entre cidades, entre o género e os cidadãos, o combate pela igualdade deverá ser uma prioridade para as políticas da UE. Na Europa, todos, devem ter direito a um rendimento digno, boas condições de trabalho, acesso a cuidados de saúde com qualidade, aprendizagem ao longo da vida, garantia de uma pensão decente. Vamos bater-nos para que 2019 seja um ano de viragem na UE, dando prioridade ao social!

O actual modelo económico deve ser posto aprova. Exigimos uma mudança de paradigma! O emprego e as políticas sociais devem deixar de ser entendidas como despesas para passarem a ser compreendidas como investimento social gerador de prosperidade repartida. Exigimos sistemas fiscais redistributivos para partilhar os proveitos obtidos e desenvolver sociedades mais justas e menos desiguais. Defendemos a tributação progressiva do rendimento, impostos mais elevados sobre a riqueza, fiscalidade progressiva no imobiliário, tributação sobre comissões, dividendos e acções. A nível europeu devem ser inventariados os regimes fiscais do rendimento e da

riqueza para que a realidade seja efectivamente reflectida, para melhorar a eficiência tributária e a redistribuição.

Combater a desigualdade com trabalho decente para todos! Contribuir para melhorar o padrão de vida dos europeus, aumentar salários e o poder de compra, combater a concorrência salarial que reduz salários. É hora do rápido aumento salarial! Só com trabalho digno para todos combateremos as desigualdades. Os salários devem aumentar em consequência da melhor repartição dos lucros. Apoiamos os esforços de negociação colectiva para atingir este objectivo. Para os baixos rendimentos defendemos um salário mínimo acima do limiar de pobreza para todos os Estados-Membros, quer seja estabelecido por via legal ou por via da negociação colectiva, para que nenhum trabalhador seja forçado a viver na pobreza. Vamos propor um Contrato Europeu para regular o salário mínimo tendo em conta as particularidades nacionais e aplicado a todos os trabalhadores, sem excepção, incluindo os mais jovens. Igual salário para trabalho igual, tendo em conta condições de trabalho idênticas, independentemente do local, a dimensão da empresa, idade do trabalhador, capacidades, género e orientação sexual, origem étnica ou nacionalidade, ou o tipo de contratação. A disparidade salarial entre homens e mulheres é totalmente inaceitável, por isso propomos reduzi-la, pelo menos em 2% ao ano, até à plena eliminação em 2030. Queremos que homens e mulheres partilhem em paridade os cargos de chefia, melhorando a representatividade progressivamente até atingir esse objectivo. O PSE está igualmente empenhado na redução das disparidades salariais entre Estados-Membros.

A transformação do trabalho, a revolução digital, o trabalho digital e a evolução rápida do mercado laboral não devem prejudicar os padrões europeus do trabalho e do emprego. A era digital tem um enorme potencial para transformar para melhor as nossas sociedades e a nossa qualidade de vida pelo que devemos saber gerir as profun-

das mudanças sociais que acarreta. Combatemos a pobreza no trabalho, os contratos de zero horas, os estágios não remunerados e todas as modalidades de trabalho precário. O estatuto do trabalhador deve ser claro e objectivo, quer seja trabalhador por conta de outrem ou trabalhador independente. Isto é particularmente importante tendo em conta as novas plataformas de trabalho, que muitas vezes combinam as obrigações anteriores com os riscos recentes assumidos. Queremos regras comuns, nos termos da legislação europeia, que não diminuam os padrões nacionais das condições de trabalho dignas, com contratos adequados, com direitos à saúde e à segurança no trabalho. Achamos que os trabalhadores devem ter o direito ao lazer, desligando os dispositivos de comunicação fora do horário de trabalho e nos termos contratados, a fim de garantir o bom equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional, prevenindo as doenças do foro profissional. A privacidade do trabalhador deverá ser defendida contra o uso invasivo de dados, precavendo que os efeitos da revolução digital não resultem em perda para os trabalhadores.

Nas sociedades actuais, a maioria das pessoas muda de emprego várias vezes e adquire novas competências ao longo da vida. Muitos beneficiam de novas oportunidades, porém o novo mercado de trabalho pode criar reais e objectivas dificuldades aos novos candidatos pelo que o apoio público, forte e concreto, deve ser posto em prática para ajudar os trabalhadores na transição e na integração nas novas carreiras profissionais. É indispensável um impulso da UE para fazer avançar as estratégias de investimento social em todos os Estados-Membros. A UE deve reconhecer a aprendizagem ao longo da vida como um direito de todos os trabalhadores e deve promover a formação no local de trabalho como prática corrente. Os tempos de estágio e de licença para formação devem ser pagas aos trabalhadores e extensível aos cuidadores das crianças ou aos familiares dependentes. Também os direitos adquiridos num emprego não devem cessar quando se muda para outro empregador, contrato ou país. É necessário legislação europeia que garanta a mobilidade ou o fim da carreira, sem perda da protecção social e do direito à pensão por velhice.

Sindicatos fortes e constante diálogo social são cruciais para a prosperidade partilhada. São indispensáveis pelas propostas e soluções que apresentam, para os desafios que empregadores e trabalhadores enfrentam. Razões pelas quais queremos ampliar os acordos colectivos a formas de emprego não padronizadas e exigimos mais acordos e mais sindicalização. Retomaremos o diálogo social europeu e continuamos a apoiar o reforço das capacidades dos parceiros sociais, incluindo patrões e sindicatos a nível nacional. Insistiremos para que as políticas da UE não só respeitem, mas também promovam os acordos dos parceiros sociais a nível europeu, mas também a nível internacional e nacional. Apoiamos os direitos dos trabalhadores a sindicalizar, a representar, a consultar, a informar e à greve. Prosseguiremos no reforço do diálogo entre as instituições europeias, os sindicatos e a sociedade civil.

Combater as desigualdades com protecção social é decisivo para proteger os trabalhadores da exploração e da concorrência com base em baixos padrões, o que significa mobilidade justa. Queremos que a futura Autoridade Europeia do Trabalho seja suficientemente forte para acabar com os abusos e garanta que todos os trabalhadores europeus estão protegidos pela segurança social. Exigimos a justa implementação da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, com regras claras contra as empresas de fachada. As empresas devem ter actividade concreta no país em que se sediam e não podem fugir às responsabilidades fiscais e sociais. Vamos reforçar a responsabilidade social e ambiental das empresas e escrutinar o cumprimento das obrigações em toda a cadeia de oferta, pré-requisitos essenciais para a contratação pública.

No mundo do trabalho em constante mudança, combater as desigualdades implica alargar a protecção social a todos os cidadãos europeus, independentemente das formas de emprego e da situação laboral. Um sistema de segurança social sólido e confiável deve proteger todos os cidadãos, incluindo trabalhadores desempregados, independentes, empregos "atípicos" e sazonais, contra os riscos da actividade profissional. A certeza na remuneração é essencial. Para proteger

os mais vulneráveis, é necessário garantir um rendimento mínimo para que ninguém caia na pobreza e fique sem habitação. Queremos metas claras para aumentar as horas de descanso na Europa. Exigimos pensões decentes que permitam uma vida condigna aos mais velhos. No caso de um Estado-Membro registar um forte e súbito aumento do desemprego, deve ser disponibilizado um apoio temporário europeu ao sistema nacional de subsídio de desemprego.

As desigualdades são particularmente severas quando se trata da saúde. Defendemos que todos devem ter acesso em tempo útil a cuidados de saúde de qualidade. O bem-estar das sociedades depende em muito do nível assistencial, à igual oportunidade de acesso aos cuidados de saúde preventivos e curativos de elevada qualidade. As políticas de austeridade e a privatização dos serviços degradaram a oferta pública em toda a UE. Reafirmamos que os sistemas de saúde públicos estão melhor apetrechados para prestar serviços acessíveis e a baixo custo a todos. Apoiamos uma política de preços do medicamento, justa e transparente, o acesso à vacinação para todas as crianças e a garantia do direito à saúde sexual e reprodutiva. Consideramos prioritário promover a saúde e prevenir a doença como forma eficaz de garantir a saúde física e mental ao longo da vida.

Como as diferenças não justificam desigualdades, nem a discriminação, promoveremos a sociedade inclusiva, aberta, livre e respeitadora das diferenças, dos direitos e deveres para todos. Promoveremos a solidariedade inter-geracional. Seremos intransigentes na defesa das pessoas portadoras de deficiências. Vamos assegurar que sejam apoiadas para que desfrutem das mesmas oportunidades na educação e no mercado de trabalho. Vamos garantir que os espaços públicos sejam projectados e construídos garantindo acessibilidade a todos, tendo em conta os portadores de necessidades especiais. Todos têm direito a cuidados de saúde e à protecção social para viverem com dignidade.

Para que todos sejam beneficiados o progresso deve combater as desigualdades. Contribuiremos para construir condições de trabalho que permita uma boa qualidade de vida, sem interferir com o desenvolvimento pessoal, o tempo dedicado à família ou com o tempo de lazer, pelo que defendemos medidas eficazes que remunerem a maternidade e a paternidade, como a licença parental e de prestação de cuidados, bem como serviços de cuidados de elevada qualidade e disponíveis, como creches, residências para idosos ou outros dependentes. Assim, pensamos que os ganhos de produtividade gerados pelas novas tecnologias devem constituir oportunidades para aumentar salários ou para reduzir o tempo de trabalho, sem

prejudicar a remuneração. A tecnologia não deve contribuir para agravar as falhas na sociedade, mas sim deve estar acessível a todos; para que a digitalização dos serviços a todos beneficie.

De igual forma, a UE deve continuar a investir nos seus cidadãos. Desde logo nos mais jovens, garantindo-lhes acesso igual à educação e combatendo o risco de pobreza, com a Garantia Infantil. A educação e os cuidados na primeira infância devem abranger os agregados familiares mais desfavorecidos. Será uma forma de combater a exclusão social. Em segundo lugar, com a Garantia Jovem, reforçada e permanente, deve ajudar a próxima geração a encontrar emprego evitando a catástrofe do desemprego jovem que se registou no após crise financeira. Em terceiro lugar, apoiar os desempregados a regressarem ao mercado de trabalho, definindo políticas activas de emprego que possibilitem ofertas individuais de emprego com qualidade a cada candidato (oferta de emprego, formação, formação especializada). Em quarto, lugar nas ajudas aos trabalhadores que perdem o emprego quer devido à globalização, à digitalização, aos efeitos climáticos ou às crises económicas transformando o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização num efectivo Fundo de Transição para garantir o investimento na capacitação, com mais competências e melhores perspectivas profissionais e que permita aos trabalhadores a compra das empresas evitando o seu encerramento. Com o Fundo Social Europeu, a UE demonstrou disponibilidade para financiar a formação e a qualificação dos seus trabalhadores, para combater a exclusão e o risco de pobreza; procuraremos aumentar estes fundos para que se adaptem a qualquer desafio protegendo os mais vulneráveis.

Entendemos que os Estados-Membros, como os órgãos de poder local e regional, devem ter flexibilidade orçamental necessária para investir em acções e estruturas sociais, como para desenvolver redes de protecção social fiáveis.

Investir nos serviços sociais é um compromisso estratégico que cria empregos, gera valor acrescentado e contribui para o bem-estar de todos. Vamos pugnar para garantir que os serviços públicos tenham meios para fornecer acesso efectivo e universal aos serviços sociais, à assistência médica, à habitação e aos bens essenciais. Vamos parar com a pressão para liberalizar e privatizar os serviços públicos e apoiar a economia e a inovação sociais, pois estamos convictos que é o caminho para combater a pobreza, gerar riqueza e bem-estar sustentável, promovendo a aprendizagem e a sociedade participativa.

Para nós, os direitos sociais estão acima da liberdade económica e da concorrência. O que significa que os direitos sociais e o progresso social

devem fazer parte da legislação europeia como um dos princípios fundamentais dos tratados da UE e reafirmados no desenvolvimento da União Económica e Monetária.

A União Europeia é o melhor garante futuro, da paz e da prosperidade no nosso continente. No entanto, persistem desigualdades entre cidadãos, países, regiões e cidades europeias. Não deixaremos que as brechas se agravem entre áreas urbanas e rurais, não permitiremos que as regiões percam talentos e pessoas. O projecto europeu deve continuar a aproximar-nos, no mesmo caminho, do progresso social e da prosperidade partilhada. Esta é a essência da política de coesão da UE, e reiteramos que deverá continuar a ser uma prioridade política e financeira da UE, disponível e acessível a todos os cidadãos da Europa.

O Partido Socialista Europeu lutará por uma sociedade mais solidária, por sociedades mais justas e iguais. Nesta resolução, concentramo-nos nas nossas prioridades para uma Europa Social. Está intimamente relacionada com as outras resoluções e prioridades para este Congresso, que, em conjunto, reafirmam o nosso compromisso e plano para uma Europa social, uma economia progressista, um ambiente saudável e indústrias modernas, uma verdadeira igualdade de género, um mundo justo, para políticas progressistas de asilo e de migração. No fundo, para uma democracia mais forte na Europa.

THE 80

Richest

People own the

Same Wealth 

As the Poorest

3.5 Billion



Austria SPÖ



Belgium PS



Belgium SPA



Bulgaria BSP



Croatia SDP



Cyprus EDEK



Czech Republic
CSSD



Denmark SD



Estonia SDE



Finland SDP



France PS



Germany SPD



Greece PASOK



Hungary MSZP



Ireland Labour



Italy PD
Partito Democratico



Italy PSI
Partito Socialista



Latvia Saskaņa



Lithuania LSDP



Luxembourg
LSAP



Malta Labour



Netherlands
PvdA



N.Ireland SDLP



Norway LP



Poland UNIA
PRACY



Poland SLD



Portugal PS



Romania PSD



Slovakia SMER



Slovenia SD



Spain PSOE



Sweden SAP



UK Labour

If you have any questions or comments about our work on inequalities,
please contact PES.Women@pes.eu

Follow us on www.facebook.com/pes.pse
and www.twitter.com/pes_pse.

Party of European Socialists (PES)

**10 – 12 Rue Guimard
1040 Brussels
Belgium**

**T +32 2 548 90 80
info@pes.eu
AISBL-BBCE-N 0897.208-032**

This publication received financial support of the European Parliament. Sole liability rests with the author and the European Parliament is not responsible for any use that may be made of the information contained therein. This Brochure was printed on a recycled paper with environmental safe water based inks.

December 2018